

AREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, considera relevante agregar conhecimentos ao debate sobre as áreas de preservação permanente, conhecidas como APP. Trabalhos da Embrapa Florestas, desenvolvidos pelo pesquisador Gustavo Ribas Curcio e sua equipe, defendem que as matas ciliares devem ser estabelecidas a partir do leito maior do rio, respeitando assim a presença recorrente das cheias e suas implicações subseqüentes.

A grande novidade desta concepção é que as larguras das APPs de margens de rios devem ser flexibilizadas de acordo com as características da encosta, considerando atributos do relevo e dos solos adjacentes ao domínio do leito maior dos rios. Neste formato, haverá preservação dos recursos hidrológicos, essenciais a heterogeneização biótica. Outro aspecto é que a dinâmica de modelamento das encostas, com ou sem a presença de sistemas de produção, impõe distintos níveis e formas de pressão aos rios.

Segundo o pesquisador, esta proposta satisfaz plenamente as exigências de preservação ambiental, uma vez que estabelece condições mínimas suficientes para propiciar estabilidade geológica e pedológica, garantindo a preservação geneticamente ativa da flora e da fauna nativa.

As características dos solos – sua textura e espessura, consideradas concomitantemente com o atributo geomorfológico (declividade) devem ser avaliadas como fatores de extrema importância para conceber a estabilidade do ambiente, promovendo a pluralidade dos recursos biológicos dentro e fora dos rios. Como exemplo, as áreas de preservação permanente teriam larguras mais expressivas sobre solos arenosos, rasos e em relevos declivosos do que em solos argilosos, profundos e menos declivosos.

A maior largura justifica-se porque os primeiros possuem menor capacidade de filtro, menor capacidade de armazenamento de água, bem como maior suscetibilidade à erosão. Evidentemente, estas três condições deverão ser contempladas conjuntamente, provendo larguras condizentes com as respectivas fragilidades/potencialidades ambientais de cada região.

A Embrapa Florestas tem realizado pesquisas para a recuperação de APPs com sistemas produtivos temporários, tais como a utilização de sistemas agroflorestais multiestratificados, quando tecnicamente forem consideradas degradadas. A ausência de cobertura vegetal nativa e a descaracterização dos solos por processo de decapitação de horizontes definirão esta condição.

Sobre APP's de topo de morro, o pesquisador Gustavo Ribas Curcio tem demonstrado o que está descrito a seguir:

“Há de se considerar as sérias restrições na fundamentação do termo morro, a qual não encontra conceituação homogênea em literatura científica, desqualificando-o como parte de lei para APP. Ademais, corroborando para esta impropriedade, há uma grande subjetividade em se estabelecer o que é topo, pois os critérios de escolha podem ser os mais diversos em razão dos diferentes fatores e/ou processos presentes. Isto gera, com razão, uma grande dúvida ao usuário, criando, conseqüentemente, problemas na sua aplicação. Fato bastante importante a ser citado é o de que atualmente não se consideram as características geomorfológicas e pedológicas do morro, impedindo, assim, que seja concebida concretamente as

fragilidades e/ou potencialidades destes locais, uma vez que, não são consideradas a espessura dos solos, sua textura e nem mesmo a declividade local. Como agravante não se pode deixar de mencionar que a perfeita avaliação técnica da potencialidade e/ou fragilidade destes locais, deveria considerar também a forma e a dimensão geográfica, tanto do morro, como de seu “topo”, tornando ainda mais imprópria a sua utilização como APP.

No Brasil existem muitos exemplos de “topos” de morros amplos, com solos profundos, argilosos presentes em relevos de baixa declividade, traduzindo alto potencial de uso. Confrontantemente, nas suas encostas existem solos rasos com menores teores de argila e, naturalmente, em maiores declividades, caracterizando assim, a necessidade de se estabelecer cuidados especiais nos sistemas de produção para não constituir mais um caso de tensão ecológica. Portanto, seria muito mais lógico discutirem-se vulnerabilidades nas encostas do que nos “topos” dos morros, pois grande parte das vezes, essas áreas são mais vulneráveis e constituem-se pontos essenciais na recarga dos aquíferos livres ou confinados”.